

PLANO DE TRABALHO

ATIVIDADE	INCENTIVOS REGULATÓRIOS PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO								
DOCENTE	ARTHUR LARDOSA								
CÓDIGO	GRDDIRATCE71251/ GRDDIRATCE71257	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	A partir 3º	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Mudanças climáticas e neutralidade de carbono. Incentivos para uma economia de baixa emissão. Mercados de carbono voluntário e regulado. Nature based solutions. Bioeconomia. Economia Circular. Renováveis. Biocombustíveis. Hidrogênio. Direito Administrativo e Direito Econômico. Regulação. Contratos. Incentivos fiscais. Modelagem de projetos. Project finance.								
OBJETIVOS	Em um cenário de mudanças climáticas cada vez mais agudas e que impactam diretamente a economia dos países ao redor do globo, atividades empresariais e a vida da população, os mecanismos jurídico-regulatórios são essenciais para alavancar iniciativas que busquem alcançar a neutralidade de carbono. Nesse contexto, o curso tem por objetivo fornecer aos alunos noções gerais sobre o papel do direito administrativo e econômico na implementação de projetos de baixa emissão de carbono e os principais desafios enfrentados para se aprofundar a transição energética em direção a uma economia neutra em emissões. A disciplina cuidará de apresentar estratégias de precificação de emissões tanto via taxação de carbono quanto via implementação/consolidação de mercados de carbono voluntários e regulados. Além disso, os alunos serão apresentados a segmentos específicos do setor de energia e biocombustíveis, analisando estratégias regulatórias, políticas públicas e incentivos fiscais implementados até o momento para consolidação da matriz energética brasileira enquanto uma das mais renováveis do mundo, suas repercussões setoriais e os desafios para adequação desse conjunto de medidas aos avanços tecnológicos e novos mercados. Por fim, o curso pretende desenvolver um raciocínio jurídico interdisciplinar e integrado dos setores estudados, instrumentalizando os alunos com noções contratuais para enfrentamento de problemas práticos enfrentados na implementação de tais projetos.								
METODOLOGIA	Os alunos deverão ler textos objetivos e atuais sobre questões centrais a serem abordadas em cada aula. O material será previamente disponibilizado no e-class para discussão em sala. As aulas serão participativas e centradas tanto na compreensão de aspectos jurídico-regulatórios quanto na vivência prático-contratual para o desenvolvimento de projetos de baixa emissão de carbono.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	x	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	x	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	x	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	x	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	x	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	x	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	x	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	x	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do curso, metodologia e sistema de avaliação. Introdução ao conceito de Transição Energética e <i>Net Zero Economy</i>								
2	Descarbonização da indústria. <i>Hard to abate sectors</i> . Regulação econômica e socioambiental de empresas. Inventário de carbono e políticas de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEEs)								
3	Precificação de carbono: mecanismo econômico-regulatório indutor de comportamento. Taxação de Carbono vs. Mercado de Carbono. <i>EU Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM)</i>								
4	Mercado de Carbono: Mercado Regulado. Cap-and-Trade. Alocação de permissões (<i>allowances</i>) e desafios para o desenvolvimento do mercado brasileiro								
5	Mercado de Carbono: Mercado Voluntário. Compensações de emissão (<i>offsets</i>). Certificação, confiabilidade e dupla contagem. Interoperabilidade. Impacto socioambiental e integridade ambiental. REDD+. <i>Nature Based Solutions</i>								
6	Incentivos Fiscais. Regimes Especiais. Financiamento Climático. Instrumentos jurídicos e contratuais para viabilização de projetos de baixo carbono.								

7	Hidrogênio de Baixo Carbono: Aplicabilidade (<i>Power-to-X</i>), marco legal, incentivos regulatórios e econômicos para o desenvolvimento de projetos
8	Bioeconomia: Biocombustíveis na matriz energética brasileira. Políticas Públicas de incentivo ao setor de biocombustíveis. Biodiesel e Etanol. Mandatos volumétricos e RenovaBio.
9	Futuro da Bioeconomia: Biorrefino e combustíveis do futuro. Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV). Aplicabilidades e regulação.
10	Futuro da Bioeconomia: <i>Sustainable Aviation Fuel</i> (SAF). Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV). Cooperação regulatória ANP-ANAC. Mandato de emissões.
11	Gás Natural fóssil e seu papel na transição energética: debate crítico a respeito de fontes não renováveis para a transição energética. Biogás e Biometano: desafios estruturais para desenvolvimento de alternativas renováveis ao Gás Natural.
12	Biogás e Biometano: CBIOS, Gas-RECs e CGOBs. Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano.
13	Setor Elétrico: estrutura jurídico-regulatória setorial e o papel da energia renovável na matriz elétrica brasileira. Desafios regulatórios relacionados ao perfil de carga no Brasil. Intermitência e modulação. Políticas públicas e planejamento setorial
14	Setor Elétrico: incentivos econômicos e regulatórios para energia renovável. I-RECs. Descontos tarifários, encargos setoriais e repercussões estruturais sobre o setor
15	Futuro do Setor Elétrico: papel a ser desempenhado pelas baterias, panorama regulatório brasileiro e estruturas jurídico-regulatórias em alta
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	25% participação em sala de aula 75% artigo de 3 a 5 páginas sobre assunto relacionados a temas abordados no curso
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BINENBOJM, Gustavo. <i>Poder de polícia, ordenação, regulação</i> : transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. Belo Horizonte: Fórum, 2016 MEHLING, Michael. TVINNEREIM, Endre. Carbon pricing and the 1.5°C target: Near-Term Decarbonisation and the Importance of an Instrument Mix. <i>Carbon & Climate Law Review</i> , 2018, Vol. 12, nº 1. ROITMAN, Tamar. Programas internacionais de incentivo aos biocombustíveis e o RenovaBio. Boletim Energético, março / 2019, FGV Energia.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DAVIES, Emily. Recommendations for an International Carbon Currency Market under Article 6 of the Paris Agreement. <i>Carbon & Climate Law Review</i> , 2018, Vol. 12, No. 2, 2018. FARBER, Daniel A.; CARLANE, Cinnamon P.. <i>Climate Change Law</i> . St. Paul: Foundation Press/West Academic, 2022. SCHNEIDER, Lambert; et al. Outside in? Using international carbon markets for mitigation not covered by nationally determined contributions (NDCs) under the Paris Agreement. In: Taylor & Francis Group, <i>Climate Policy</i> , vol 20, nº 1, 2020. STERN, Nicholas. <i>The Economics of Climate Change: The Stern Review</i> . New York : Cambridge University Press, 7th printing, 2011. YESCOMBE, E.R., <i>Principles of Project Finance</i> . Cambridge: Academic Press, 2nd ed., 2014.